

José Martini Thiesen

**BIBLIOTECAS PRISIONAIS**  
**NO RIO GRANDE DO SUL**  
situação e propostas

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado para aprovação na  
Disciplina BIB03037 – TCC do curso  
de Biblioteconomia da Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da  
Universidade Federal do rio Grande  
do Sul.

**Orientadora: Prf<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Iara Conceição Bitencourt Neves**

Porto Alegre

2003

## **RESUMO**

Pesquisa realizada junto ao Setor Biblioteconômico da Superintendência dos Serviços Penitenciários que visa obter um perfil das Bibliotecas Penitenciárias do Rio Grande do Sul, no que se refere às condições do aspecto físico, instalação, acervo, pessoal e serviços. Identifica o grau de percepção dos administradores das Casas Prisionais a cerca da presença e importância das Bibliotecas no âmbito do sistema carcerário gaúcho. Compara este contexto com a prática do serviço biblioteconômico em Bibliotecas Prisionais em países onde ela já está consagrada. Estabelece um rol de sugestões para a efetiva instituição deste gênero de Biblioteca Especial no Estado.

**Palavras-Chave:** Bibliotecas Prisionais; Bibliotecas Especiais; Rio Grande do Sul; Ressocialização; Apenados.

# SUMÁRIO

	P.
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES...</b> .....	05
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	06
<b>2 PROBLEMÁTICA</b> .....	14
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	15
3.1 Objetivos Gerais .....	15
3.2 Objetivos Específicos .....	15
<b>4 Metodologia</b> .....	16
4.1 Tipo de Pesquisa .....	16
4.2 População-Alvo .....	16
4.3 Instrumentos de Coleta de Dados .....	17
4.4 Procedimento de Pesquisa .....	17
4.5 Plano de Análise e Apresentação de Dados .....	18
<b>5 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	19
<b>6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	27
<b>7 DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS</b> .....	35
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	40

<b>9 SUGESTÕES</b> .....	42
<b>10 REFERÊNCIAS</b> .....	44
<b>APÊNDICE A – Relação Das Casas Prisionais Respondentes</b>	
Agrupadas por Região.....	46
<b>APÊNDICE B – O Questionário</b> .....	48
<b>APÊNDICE C – Tabela</b> .....	50

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

P.

<b>Figura 1</b> – Número de Respondentes.....	27
<b>Figura 2</b> – Existência de Biblioteca nas Casas Prisionais....	28
<b>Figura 3</b> – Disponibilidade de uma Sala para a Biblioteca..	28
<b>Figura 4</b> – Classificação do Ambiente da Biblioteca .....	29
<b>Figura 5</b> – Dimensão do Acervo.....	29
<b>Figura 6</b> – Estado Geral das Obras.....	30
<b>Figura 7</b> – Tipificação do Acervo.....	30
<b>Figura 8</b> – Tipo de Equipamento e Mobiliário.....	31
<b>Figura 9</b> - Mostra As Casas Que Possuem Equipamento/Mobiliário.....	31
<b>Figura 10</b> – Pessoal que atua na Biblioteca.....	32
<b>Figura 11</b> – Categorização do Pessoal que Atua na Biblioteca.....	32

## 1 INTRODUÇÃO

Não nos cabe aqui considerar a questão do mal. Seu estudo exige especialidades em Teologia e Moral que nos escapam.

Também extrapola os limites deste trabalho traçar um histórico da questão criminal e penal, passando pelo desenvolvimento do pensamento jurídico, seja em âmbito nacional ou internacional.

Entretanto, para iniciarmos, situaremos a questão das prisões, caracterizando-a o mais possível, especificamente no atual panorama gaúcho.

Quando pensamos nas teses contratualistas, que propõem pactos entre os diferentes membros da sociedade onde, renunciando-se a frações de liberdade individual, assegure-se o bem de todos, conseguimos vislumbrar quão grave é a questão do crime no Brasil onde o aumento de crimes notadamente violentos é extraordinário (PROBST, 2002)\*.

“O que pode explicar melhor a crescente criminalidade do que as inaturáveis diferenças sociais que hoje preferem a máxima de dar a cada um o que é seu ao princípio de dar a cada um conforme a sua necessidade?” (PROBST, 2002)\*.

Roberto P. de Toledo<sup>1</sup>, no texto de Probst, cita Lamounier quando diz: “[ . . . ] pior que a desigualdade em si, que apesar de não ser o único é fator decisivo, para efeitos de desencadeamento da criminalidade, é a desigualdade num tempo em que acreditar na justiça e na fatalidade das coisas é tão fora de moda como acreditar no

---

<sup>1</sup> TOLEDO, Roberto Pompeu de. O Brasil Já Não está Preparado Para ser Desigual. Veja, São Paulo, nº 1459, p. 1254-125, ago. 1996 *apud* Probst, 1999.

direito divino dos reis”. Pois corrompem tanto a abundância de riqueza quanto a abundância de pobreza. E, num ambiente de miséria, corrompido assim como o da abastança, que espanto causa o aumento de sociopatas em nosso meio?

Neste Brasil contraditório em que vivemos, com aspectos típicos do Primeiro Mundo e outros da África misérrima, como ficam os excluídos? Os que constroem palácios em que jamais morarão? Os que sabem de maravilhas tecnológicas que nunca desfrutarão? Não é o crime e, especificamente o crime violento a única resposta que podem dar, estes excluídos, à sociedade? (PROBST, 2002)\*. Seria, realmente, de espantar que pessoas destituídas de um presente decente e da visão de um futuro numinoso voltem-se para o crime como manifestação de um poder que jamais teriam de outro modo e do qual são vítimas? Mal comparando, é possível lembrarmos dos ratos que, acuados, voltam-se contra seus caçadores com fúria inaudita, segundo o vulgo.

Entretanto, uma vez violado o contrato social, surge a necessidade da pena, a qual jamais poderá ser um fim em si mesma. Segundo Beccaria, citado por Probst,

“[. . .] encontrar para um crime o castigo que convém é encontrar a desvantagem cuja idéia seja tal que torne definitivamente sem atração a idéia de um delito.”

Ainda segundo o autor acima<sup>2</sup>:

“[. . .] resulta evidente que o fim das penas não é atormentar e afligir um ser sensível, nem desfazer um delito já cometido. É concebível que um corpo político, que, bem longe de agir por paixões

---

<sup>2</sup> BECCARIA, Cesare. Dos Delitos E Das Penas. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991 *apud* PROBST, 1999.

particulares, possa abrigar essa inútil crueldade, instrumento do furor e do fanatismo, ou dos fracos tiranos? Poderiam os gritos de um infeliz trazer de volta do tempo sem retorno as ações já consumadas? O fim, pois, é apenas impedir que o réu cause novos danos aos seus concidadãos e dissuadir os outros de fazer o mesmo. É, pois, necessário escolher penas e modos de infligi-las que, guardadas as proporções, causem a impressão mais eficaz e duradoura nos espíritos dos homens e a menos penosa no corpo do réu.”

Se a perda de liberdade é a pena sancionada, nada mais além dela se pode inflingir.

Entretanto, outro fator relevante, decorrente da aplicação da pena, deve ser considerado: as condições de encarceramento.

No decorrer do século XIX, com os avanços das Ciências Sociais, desenvolveu-se o conceito de **ressocialização** para caracterizar o processo de reeducação do apenado. Nesse sentido, a pena seria aplicada e entendida como período de treinamento para o delinqüente rever seus conceitos e preparar-se para, quando de seu reingresso na sociedade, ele tenha condições de apresentar um comportamento socialmente adequado e desta forma não voltasse a delinqüir (PROBST, 1999)\*. Esta nova corrente de ação, então, opõe-se contra a tradicional que é a de encarar as prisões como punição, corrente aplicada ao longo da História.

Conforme Schwind (1996, p. 21-22), na Alemanha, em 01 jan. 1977, entrou em vigor uma lei de execução penal, com vistas a sanar os muitos problemas da situação carcerária desse país, em muitos aspectos semelhantes aos do Brasil. Com uma aceitação de 64% da população, a execução dessa lei foi empreendida de modo determinado, o que provocou um sem número de reformas, estendendo-se estas de leis a prédios, de conceitos à atitudes.



Entretanto, após cerca de dois anos de mudanças e de evidentes sucessos, a reforma alemã começou a apresentar falhas e o trabalho de reinserção social revelou-se equivocado. Constatou-se que a causa do problema foi a mudança de clientela das prisões: mudaram os delitos, a faixa etária dos delinqüentes, seu nível social e educacional, etc.

Isso revela que qualquer tentativa de regeneração social de apenados tem que ser revista constantemente, avaliando-se as mudanças sociais e mesmo antecipando-se a elas, o sistema prisional.

No Brasil, o cumprimento da Lei de Execução Penal (LEP), instituída em 1984, toda orientada para a ressocialização dos apenados está fadado ao fracasso, considerada a situação prisional como apresenta-se hoje, apesar das pessoas que desejam, mesmo, melhorar esta situação. A situação apontada pode ser caracterizada pela defasagem do aparato carcerário que se mostra incapaz de atender as necessidades básicas de alojamento, as carências intelectuais, afetivas dos seus encarcerados. Assim material, econômica e humanamente, não apresenta condições de cumprir sua missão à luz do preceito legal. As condições de cárcere são tão vis que se tornam uma segunda pena imposta ao recluso: injusta; um castigo, tortura.

Não há por que estranhar, portanto, as muitas e violentas rebeliões prisionais, o altíssimo índice de reincidência criminal dos ex-detentos. Como exemplo, lembramos um caso de que fomos testemunha: quando funcionário lotado no Presídio Central de Porto Alegre: a saída de certo detento para a liberdade e seu retorno, preso, sete horas e quinze minutos após!

Atualmente, o sistema prisional brasileiro e, especificamente, o gaúcho, vive uma situação de defender, em seu discurso, a ressocialização. Na prática, como as

prisões estão fechadas sobre si mesmas, e a administração do órgão central não é capaz de atender a todas as necessidades gerenciais das casas prisionais e a própria população prefere ignorar a situação carcerária, preocupando-se apenas com a ocorrência de fugas, vive-se a prática da punição onde, como visto acima, para além da reclusão em si, há toda a sorte de maus tratos e inconvenientes que, não raro, aproximam-se da tortura, se não o são de fato....

Um primeiro aspecto a considerar com relação à situação do serviço penitenciário é o porquê das casas prisionais não serem consideradas do ponto de vista administrativo? Debruçaram-se, já, sobre a questão do cárcere os sociólogos, os psicólogos, os juristas, mas não ainda os administradores.

A literatura disponível consultada evidencia que em todos os lugares do mundo, a construção de instituições prisionais é motivo de polêmica, pois as populações não costumam aceitar passivamente a presença dessa atividade perto de si (FISCHER, 1989). Por outro lado, nas grandes cidades, que muitas vezes abrigam prisões, a sua população costuma ignorar a presença destes estabelecimentos. Também é usual a construção de prisões em lugares distantes das cidades. Alega-se para isso desde os preços baixos até questões de segurança. No Brasil é comum ouvir-se que se deve construir prisões no meio da floresta amazônica, a fim de que os presos não tenham por onde fugir (FISCHER, 1989).

Enumeramos estas coisas para salientar o quanto as prisões são indesejáveis para a sociedade.

Também há uma lógica oculta do próprio sistema prisional para não ser visto nem lembrado: o mundo interior das cadeias é mantido oculto dos olhos da sociedade, e isso por desejo próprio, num aparente acordo tácito entre os que não querem ver e os

que não querem ser vistos. Os presos escondem-se dos guardas, os guardas dos presos e ambos, da população externa. Assim, constituem-se as cadeias universo ignorado. No passado, juristas o estudaram, hoje sociólogos e antropólogos, demonstrando que as cadeias são instrumento jurídico e sociedades instituídas (FISCHER, 1989).

No entanto, causa espanto que as prisões, concebidas para serem locais de execução de determinada pena, não sejam vistas como instituições que precisem ser administradas! (FISCHER, 1989 )

Ainda não há evidências de que já tenham sido pensadas em termos administrativos: o que é, para que servem, como deverão atuar. Não há planejamento, nem ação, nem controle, nem redirecionamento evidentes que conduzam do pior ao bom ou do bom ao melhor, no contexto nacional.

No caso específico do Rio Grande do Sul, os cargos e postos da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) da Secretaria de Justiça e Segurança são, via de regra, cargos políticos o que, inevitavelmente, esvazia a instituição de comprometimento administrativo.

Um exemplo concreto de todas estas contradições é a história da Fundação Patronato Lima Drumont, entidade privada que trabalha com presos do regime aberto e semi-aberto, embora com funcionários e manutenção dados pela SUSEPE, cuja administração segue uma política de atendimento voltada à ressocialização, tão determinadamente que, por vezes, entra em choque com a própria SUSEPE.

Na ausência de políticas e programas desenvolvidos pelo órgão central, as diversas casas prisionais são atuando isoladamente, sendo que a qualidade do serviço executado depende da iniciativa, contatos e talentos de seus administradores. Assim,

conforme Fischer (1989), qualquer iniciativa de mudança irá deparar com uma resistência passiva, apoiada no fato de que funcionários públicos precisam apenas **fazer de conta** que trabalham e esperar o próximo governo que, como de praxe, mudará o proposto pelo governo que passou.

O Brasil não dispõe de órgão federal que decida sobre as Bibliotecas Prisionais.

No Rio Grande do Sul, em 1999, foi dado ao Departamento de Tratamento Penal uma orientação nova, fazendo-o abranger as questões ligadas ao Trabalho Prisional, à Saúde Prisional, bem como à Educação e Cultura Prisionais.

Em junho de 2001, criou-se o Setor Biblioteconômico, como ramo da Divisão de Educação e Cultura, com a finalidade primeira de instituir as Bibliotecas Prisionais no Estado.

Esta pesquisa nasceu da necessidade de se obter um perfil das **bibliotecas** existentes nas casas prisionais, a fim de estabelecer-se, à luz das experiências que resultaram em sucesso, o que pode fazer a SUSEPE para obter os melhores resultados com este importante instrumento de ressocialização que é a Biblioteca Prisional.

Aqui entra a Biblioteca Prisional, instituição de serviço biblioteconômico dentro do espaço da prisão, cujo valor ressocializatório é reconhecido por todos quantos a instalaram de fato em suas instituições. Tanto pelo seu papel disseminatório de conhecimento e informação quanto pela prática da Biblioterapia.

Em Europa e Estados Unidos da América, a prática dessa terapia já está consagrada no auxílio às pessoas doentes ou acometidas de graves crises emocionais (FONTENELE, 2003)\*.

Do conhecimento da realidade de outros países, partiremos para o conhecimento da realidade das bibliotecas das casas prisionais do Estado do Rio Grande do Sul, procurando apontar as alternativas para o seu aprimoramento, incluindo a instituição do serviço biblioteconômico em seu bojo.

Assim, a intenção desta pesquisa foi verificar junto às Casas Prisionais do Rio Grande do Sul, a situação das Bibliotecas Prisionais, em termos de recursos e serviços disponíveis à comunidade carcerária e sua adequabilidade ao preconizado pela LEP.

## **2 PROBLEMÁTICA**

A situação identificada acima levou-nos a considerar a existência de uma aproximação entre a metodologia de ressocialização de apenados, adotada em outros países, que utiliza a Biblioteca como instrumento ou recurso informativo, formativo e terapêutico e a realidade da atuação das Bibliotecas Prisionais gaúchas?

### **3 OBJETIVOS**

Para o estudo e a busca de respostas para o problema acima exposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos.

#### **3.1 OBJETIVOS GERAIS**

Obter o perfil das Bibliotecas Prisionais do Rio Grande do Sul.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) verificar as condições atuais de espaço físico, de instalações e de equipamentos;
- b) identificar recursos e serviços de informação disponíveis;
- c) caracterizar os recursos humanos que atuam nas Bibliotecas;
- d) conhecer o ponto de vista dos responsáveis sobre a existência e atuação das Bibliotecas em suas Casas Prisionais.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 TIPO DE PESQUISA

Bem, como nossa problemática de pesquisa está centrada no confronto entre u'a metodologia em uso, já testada e consagrada na literatura, do uso das Bibliotecas Prisionais como instrumento ou recurso informativo, formativo, ressocializador e terapêutico de apenados e a realidade experimentada nas Casas Prisionais do Estado do Rio Grande do Sul, apoiando-nos em Dalla Zen (1995, p.22), optamos pela pesquisa com abordagem de cunho quantitativo, caracterizada como levantamento de dados (*survey*), a fim de obtermos um diagnóstico, o mais completa possível das Bibliotecas Prisionais gaúchas.

### 4.2 POPULAÇÃO -ALVO

Um total de 93 Casas Prisionais no Estado. Era a nossa população.

Estas casas estão divididas em nove Regiões Penitenciárias, identificadas de 1ª a 8ª, sendo que a última é denominada de Casas Especiais. A relação das casas respondentes, agrupadas por região penitenciária consta no APÊNDICE A.



### 4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Usamos um questionário (APÊNDICE B) estruturado em 11 perguntas fechadas e 4 abertas, com a possibilidade de os respondentes registrarem alguma informação não prevista por nós.

Enviamos o questionário para todas as Casas, acompanhadas de um ofício de apresentação do Departamento de Tratamento Penal.

Para controle das respostas enviadas, elaboramos uma tabela onde registrávamos as respostas recebidas. Ali, identificávamos a Casa a que pertencia a resposta e a sua Região Penitenciária, através de um código numérico (APÊNDICE C).

### 4.4 PROCEDIMENTO DE PESQUISA

O questionário foi enviado pelo correio juntamente com o ofício de apresentação estabelecendo um prazo para a sua devolução.

Esperávamos um certo índice de casas não respondentes.

À medida em que os questionários eram-nos devolvidos, procedíamos à tabulação das respostas na tabela de análise.

#### 4.5 PLANO DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE DADOS

Os dados foram apresentados através de gráficos estruturados por meio do aplicativo Excel, do Microsoft Office.

Os dados foram trabalhados e representados por figuras e não por percentuais porque não trabalhamos com amostras.

## 5 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura teve como foco a busca de informações sobre os seguintes aspectos:

- a) o conceito de Biblioteca Prisional;
- b) o suporte legal e a política de desenvolvimento adotada para a Biblioteca e de atendimento aos apenados nos sistemas penitenciários dos países estrangeiros com a situação atual no Brasil;
- c) a função e atuação destas Bibliotecas nas casas prisionais.

Para isto, buscou-se localizar e consultar diferentes textos de diferentes contextos

A busca revelou-se de difícil consecução devido à quase inexistência de obras sobre a questão, quer editada em português, quer em inglês, sendo que nada encontramos escrito em espanhol e italiano. A busca por textos impressos rendeu-nos um quase nada de material, forçando-nos a procurar material de pesquisa através da internet, notadamente sítios oficiais de vários governos mundiais. Mesmo aí, os resultados não foram muitos. Os melhores resultados de busca foram com os Estados Unidos da América, Inglaterra e Austrália. Os vários condados norte-americanos contém muito material sobre as suas Bibliotecas Prisionais. Pesquisamos em língua italiana e espanhola, nada encontrando, porém, sobre Bibliotecas Prisionais. Sítios brasileiros, não encontramos. Portugal fez-se presente num relatório de 1999 que apontavam para a mesma contradição encontrada no Brasil e indicava soluções que em nada se distanciavam daquelas que são apontadas neste relatório.

As citações diretas ou indiretas dos documentos eletrônicos acessados na internet foram assinaladas por um asterisco com o objetivo de mostrar ao leitor que os documentos não são paginados em seu original.

Foi destacada na literatura consultada a ampliação da função da Biblioteca como recurso e serviço para ampliação da Biblioterapia no processo de ressocialização dos reclusos.

Sobre a SUSEPE, foi necessário o uso da nossa experiência, na falta de documentos disponíveis, bem como o texto de Fischer que, escrito sobre as prisões paulistas, apresenta muita semelhança com o que ocorre em nossas cadeias gaúchas.

Parece existir um consenso internacional acerca da importância das Bibliotecas Prisionais.

Mas, o que é Biblioteca Prisional? É uma “Biblioteca situada em alguma Casa Prisional”. É esta localização que determina a classificação da Biblioteca como biblioteca especial.

Se a biblioteca especializada tem ênfase no acervo, especializando-se em determinada forma de conhecimento, a Especial foca o seu público que, em princípio, é um público “anormal”, “especial”. Poderia ser um público de cegos; em nosso caso, é de presos.

E por que o preso é um público especial? Por mais humano que seja o tratamento prisional de algum país, o encarceramento é sempre traumático. A retirada de um indivíduo do seu meio conhecido, onde ele é alguém, para ser reduzido a um número segregado do mundo, é sempre traumática.

O universo prisional está sempre baseado nesta frustração geradora de ódios.

Isso sem contar seus eventuais desvios psíquicos e sociais, sejam inatos ou vindos do consumo de substâncias tóxicas, etc.

Sobre o criminoso, podemos dizer que os há de dois tipos:

- a) o indivíduo que atenta contra a sociedade por causa de um motivo extrínseco, como o uso eventual de alguma droga, uma crise psicológica mais profunda gerada numa situação de estresse, etc. Como exemplo, podemos falar daquele que, alcoolizado, fere alguém; ou de outro que, por ciúme, também fere.
- b) Do sociopata, até pouco tempo atrás chamado psicopata, quase nada se sabe desse tipo. Provavelmente, de cada 100 pessoas, uma é sociopata; as outras 99 estarão em graus mais ou menos próximos da sociopatia, conforme nos foi ensinado na Escola Penitenciária, em 1995, durante as aulas de psicologia criminal.

O sociopata é alguém com um pé na sanidade e outro na doença mental. São muito inteligentes, vivazes, alegres, sedutores, envolventes, frios, egoístas, incapazes de desenvolverem qualquer forma de afetividade com quem quer ou o que quer que seja, instrumentalizando todos os que o rodeiam; também é incapaz de sentir remorso ou culpa pelos seus atos, apresentando, assim, pouco ou nenhum juízo crítico (GUYMARD, 2002)\*.

Qual a origem da sociopatia? Não se sabe, embora hajam influências genéticas, sociais e fisiológicas (GUYMARD, 2002)\*.

Daí resulta que, o delinqüente de razão extrínseca pode ser tratado, ressocializado, teoricamente bastando para isso que lhe seja retirada a causa do desvio: a cura do vício, tratamento psicológico ou psiquiátrico, encaminhamento social,

etc. É nesta possibilidade que podem as Bibliotecas Prisionais ser engajadas, por se tratar de o serviço biblioteconômico dentro do espaço da prisão, cujo valor ressocializatório é reconhecido por todos quanto a instalaram de fato em suas instituições.

Também precisamos especificar o que chamamos de “Casa Prisional”. Para fins de simplicidade, é como chamaremos, neste trabalho, as várias instituições destinadas a manter a custódia do estado sobre um indivíduo sob investigação ou já condenado.

No estado do Rio Grande do Sul, geridas pela SUSEPE, existem as seguintes espécies de “Casas Prisionais”, conforme decreta a LEP (MIRABETE, 2000, p.217) :

Penitenciária – é o lugar onde o apenado cumpre a sua “penitência”, a sua pena imposta, sempre – ou deveria ser assim – de regime fechado, total reclusão.

Patronatos – públicos ou particulares, prestam assistência a albergados e egressos.

Casa do Albergado – feitas para receber os apenados dos regimes semi-abertos e abertos.

Colônias Agrícola e Industrial - feitas para receber os apenados dos regimes semi-abertos.

O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, no Rio Grande do Sul, chamado de Instituto Psiquiátrico Forense, que recebe as pessoas mentalmente perturbadas que cometeram crimes, bem como toxicômanos, alcoólicos, etc. Não é uma “prisão” porque não se pode imputar culpa a tais pessoas, mas antes um hospital psiquiátrico. Diante da eventual cura ou controle de sua doença, estas pessoas são sempre devolvidas à sociedade, poucas vezes às suas famílias.

Presídio – embora não explicitado na LEP, é instituição única no estado, semelhante a uma casa de passagem, destinada a receber pessoas não condenadas, mas com decreto de prisão, ou presos condenados que por algum motivo qualquer estejam sendo deslocados;

Em relação ao suporte legal e à política de desenvolvimento da Biblioteca, foram encontrados, nos sítios pesquisados, dados sobre os Estados Unidos da América, especificamente os do Federal Bureau of Prisons e os dos condados de Oakland e de Monroe. Depois veremos a questão pela óptica dos australianos e ingleses.

O Federal Bureau of Prisons é o órgão que estabelece a política d'ação para as prisões americanas. Parte sua é o Bureau's Librarian que regula a questão biblioteconômica nas prisões daquele país. Ele impõe uma idéia significativa: toda a prisão deve estar provida de uma Biblioteca especializada em Direito, onde os apenados possam encontrar documentos para embasar seus documentos, oportunidade para fazê-los e “detentos e funcionários serão aptos a juramentar e confirmar e terão eles testemunhas, no caso dos administradores da instituição conforme autorizado pelo 18 U.S.C § 4004” (UNITED STATES [. . .]; 2003)

Mas, para além deste serviço, há o da Biblioteca Prisional, propriamente dita. Aqui, o Bureau determina que a total extensão dos serviços biblioteconômicos é determinada em função de três fatores: as verbas disponíveis, as necessidades da segurança e as necessidades dos apenados!

A questão das Bibliotecas Prisionais é levada tão a sério que podemos destacar aqui o fato de que em 13 de julho de 1999, a Penitenciária de alta Segurança de Terre Haute, no estado de Indiana, abriu uma Unidade Especial de Confinamento

destinado aos condenados à morte daquele estado. Esta Unidade é provida, entre outras coisas, de sala de visitas, de tele-conferências e de Bibliotecas, a de Direito e a Prisional, propriamente dita.

Do condado de Oakland, a “Oakland Jail Library” expressou sua missão nos seguintes termos: “A missão da Oakland County Jail Library é abarcar os níveis de segurança e reabilitação propostos pelo Oakland County Sheriff’s Department of Corrections, para isso fornecendo serviços biblioteconômicos tanto para os detentos quanto para os funcionários da prisão.”.

Seu lema é: “Bibliotecas mudam vidas”.

Estas afirmativas evidenciam que, para o condado, a Biblioteca é importante não apenas por facilitar a vigilância sobre os apenados, mantendo-os ocupados, mas porque a leitura favorece-lhes o desenvolvimento pessoal, apontando as pesquisas que dizem que, quanto maior o nível intelectual dos detentos, menor o índice de reincidência.

Da mesma forma o condado de Oakland justifica a existência de uma Biblioteca Prisional, dizendo que, para além da questão da segurança, onde, ocupados, os detentos oferecem menores riscos à comunidade, há a questão preventiva, uma vez que pesquisas apontam que, quanto maior o nível de formação intelectual dos detentos, menor o índice de reincidência no crime.

A Biblioteca Prisional é mantida pelo Jail Commissary Fund e, em menor proporção, pelo County’s General Fund. Também aceitam doações feitas pela comunidade, de livros e revistas.

Já o Monroe County Correctional Center e a Monroe County Public Library estabeleceram um acordo de ajuda mútua, alegando para isso, os seguintes motivos:



- a) a leitura combate ao crime;
- b) promove uma ocupação positiva de lazer;
- c) promove auxílio contra a frustração;
- d) fornece informação adequada para o auto-aprimoramento e reingresso na sociedade.

Nesse acordo, o Monroe County Correctional Center provê o espaço físico, os recursos financeiros para aquisição de livros e materiais necessários às atividades da Biblioteca e a Monroe County Public Library entra com os recursos humanos para abrir a Biblioteca três manhãs por semana.

O sítio pesquisado informa-nos que em 1999, 4.100 pessoas, em média de 80 por semana, usaram a Biblioteca, retirando 17.034 obras.

Tudo isso permite-nos apreciar a importância que possui a Biblioteca nesse sistema prisional.

Na Austrália, como podemos ler no Minumun Standad Guidelines, a questão das Bibliotecas Prisionais é decidida a partir de um artigo de lei formulado em 1978, que diz: “Todas as categorias de prisioneiros terão acesso à Biblioteca que será adequadamente dotada com livros recreacionais e instrutivos, **e os prisioneiros serão encorajados** a fazer pleno uso dela.” (o grifo é nosso.)

Atualmente, informa-nos o sítio pesquisado, a expressão “instructional books” foi substituída por “information resources”.

O Artigo 82 das Normas Européias para as Prisões, emanadas da Comunidade Européia, diz: “Cada instituição terá uma Biblioteca para uso de todas as categorias de prisioneiros, que serão encorajados a fazer uso dela. Onde quer que seja possível, a Biblioteca Prisional poderá ser organizada em

cooperação com os serviços biblioteconômicos presentes na comunidade exterior.”  
(ENGLAND, 2003)

Em relação ao Brasil, não encontramos fontes que relatem propósitos ou ações para o desenvolvimento das Bibliotecas Prisionais. Continuamos sem uma política estabelecida, mas com uma mentalidade carcerária ainda incruada nas mentes. Não há verba destinada à compra de material e acervo. As Bibliotecas Prisionais ainda precisam, para sua existência, contar exclusivamente com doações da sociedade.

Em relação ao Rio Grande do Sul, a situação é idêntica ao panorama nacional. Não há, presente e enraizada, a idéia de dispor-se a Biblioteca Prisional como instrumento de ressocialização de apenados.

Enquanto as Bibliotecas forem vistas como entulho de livros velhos, coisa de auxiliar nas aulas, mera obrigação legal, que atitude positiva se poderá ter para com elas? Quando haverá tempo e dinheiro para investir-se nelas?

## 6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

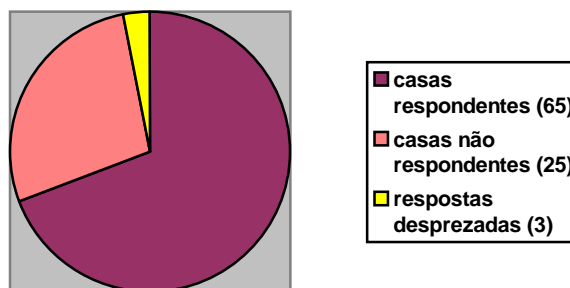
Os questionários foram enviados para as 93 casas prisionais do estado. Junto, um ofício do Departamento de Tratamento Penal que estabelecia a devolução deles, respondidos, no prazo de 18 dias úteis.

O Setor Biblioteconômico prorrogou o prazo em mais cinco dias úteis, até 01 jul. 2002, considerando eventuais atrasos dos correios.

Dos questionários enviados, recebemos um total de 68 respostas. Três delas foram desprezadas: uma que chegou-nos sem identificação e duas da mesma casa que, confrontadas, eram totalmente contraditórias.

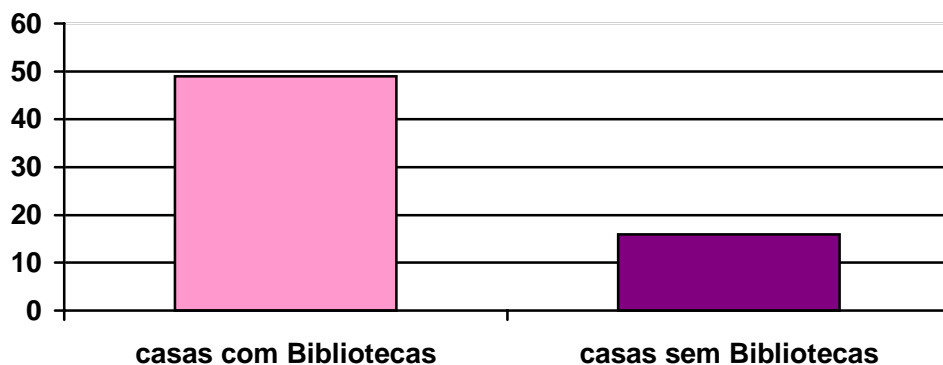
O total de respostas representa, portanto, cerca de 70% do total das casas inquiridas.

O gráfico abaixo representa o número de respondentes:



**Figura 1 – Número de Respondentes.**

As respostas às questões fechadas do questionário geraram as informações que estão apresentadas nos gráficos seguintes.



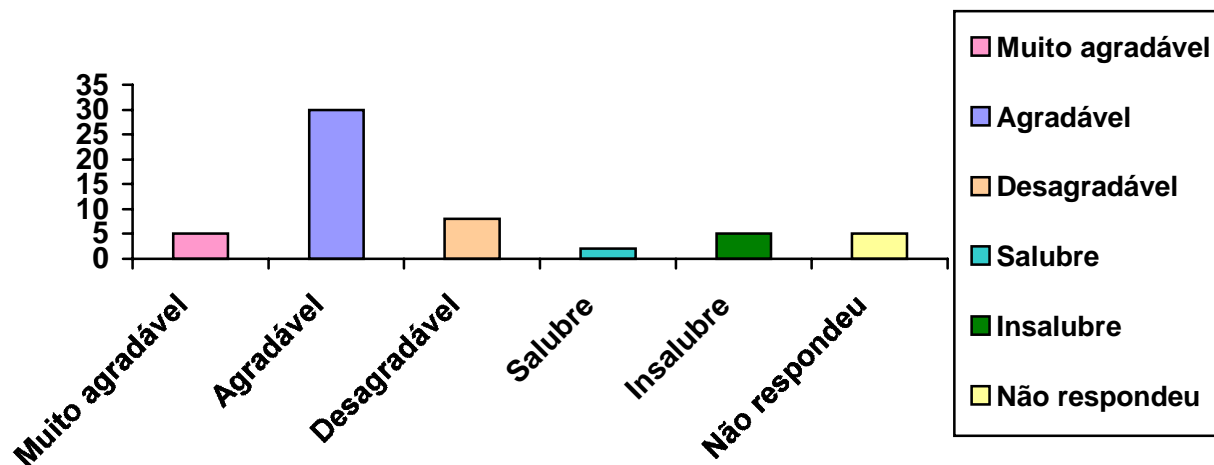
**Figura 2** – Existência De Biblioteca Nas Casas Prisionais.

Das 65 casas que responderam, 49 (75%) responderam que SIM e 16 (25%) responderam que não, o que evidencia uma preocupação, seja com o cumprimento da LEP, seja com atender as necessidades de leitura que surjam nas prisões .



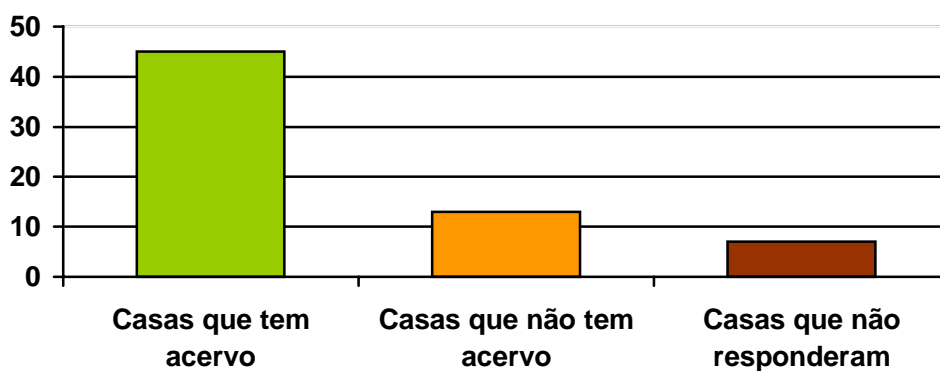
**Figura 3** – Disponibilidade De Uma Sala Para A Biblioteca.

Um total de treze (20%) das 65 casas respondentes, não tem Biblioteca. Porém, 23 (35%) respostas foram afirmativas e 29 (45%) negativas.



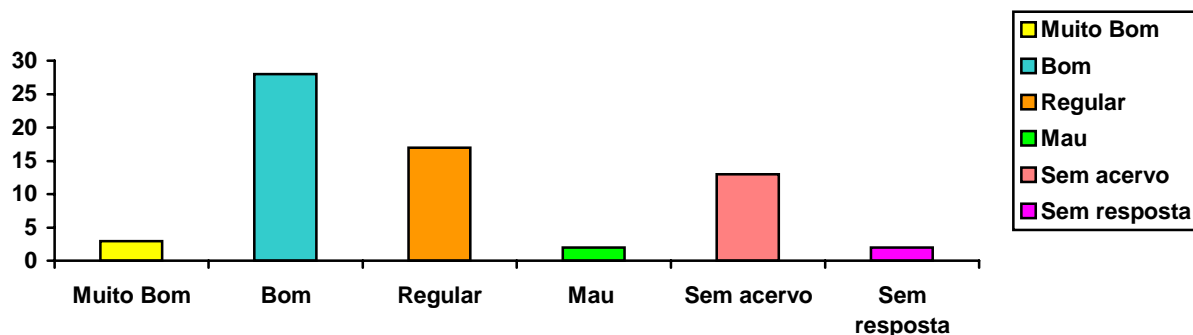
**Figura 4** – Classificação Do Ambiente Da Biblioteca

Podemos verificar que cinco casas definem o espaço de sua Biblioteca como Muito Agradável, 30 casas como Agradável, oito casas de Desagradável, duas de Salubre, cinco casas disseram de si serem Insalubre e outras cinco não responderam. Devemos destacar que, se o item Agradável teve o maior destaque, o item Salubre quase não foi mencionado.



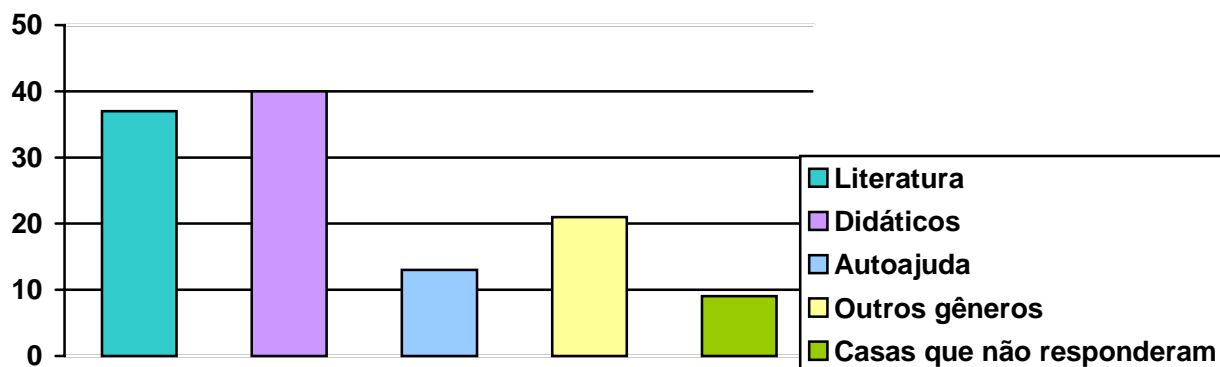
**Figura 5** – Dimensão do Acervo.

Verificamos, pela figura acima, que sete casas (11%) não responderam, treze (20%) não tem acervo e 45 (69%).



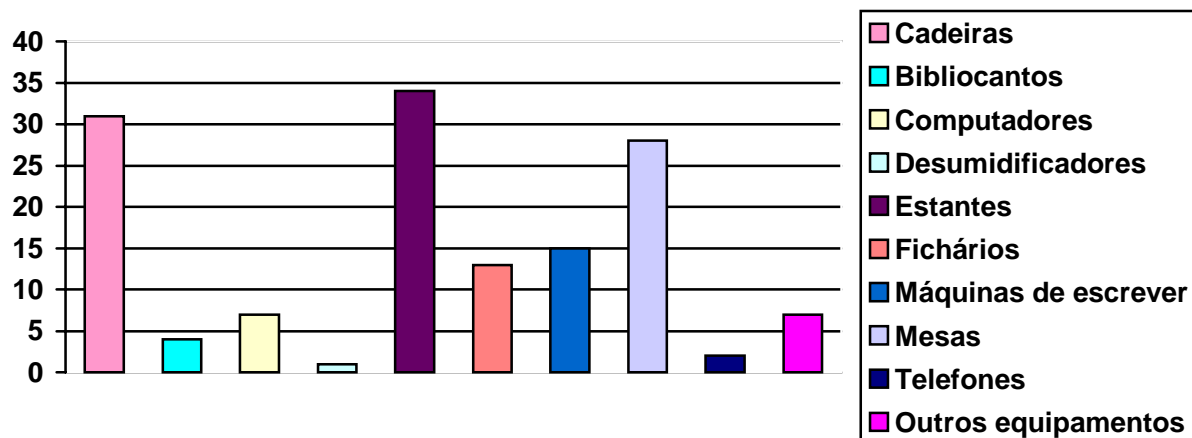
**Figura 6** –Estado Geral Das Obras.

Podemos conferir que duas, das 65 casas, não responderam, num total de 3%. Afirmando três casas (4%) que suas obras estão em muito bom estado, 28 delas (43%) que o estado é bom, 17 (27%) que é regular e duas casas (3%) que está em más condições. As casas sem acervo somam treze (20%).



**Figura 7** –Tipificação Do Acervo.

Verificamos que nove casas (14%) não responderam. Trinta e oito casas (58%) disseram que consta de seus acervos o item Literatura; 40 casas (62%) mencionaram Livros Didáticos; doze casas (18%) citaram os Auto-Ajuda e 21 casas (32%) citam a existência de livros de outros gêneros.

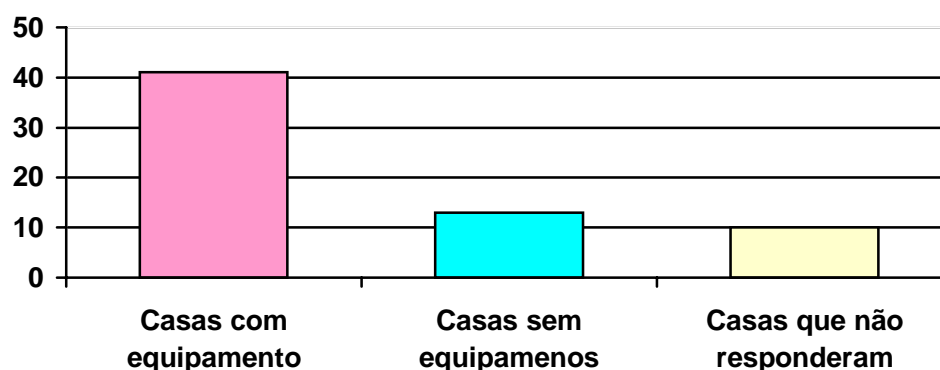


**Figura 8** –Tipo De Equipamento E Mobiliário.

Dez casas (15%) não responderam a esta questão em específico, mas 32 casas (49%) citaram cadeiras; quatro casas (6%), bibliocantos; sete casas (11%), computadores, duas casas (3%), desumidificadores. Trinta e quatro casas (52%) dizem ter estantes, treze casas (20%), fichários; quinze casas (23%), máquinas d'escrever; 28 casas (43%) dispõem de mesas. Três casas (5%) possuem telefones. Sete casas (11%) possuem equipamentos não listados.

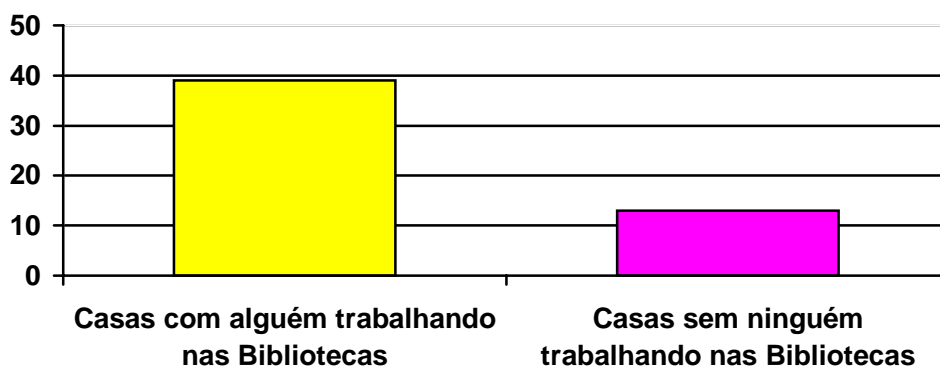
Foram identificados os seguintes equipamentos não listados por nós: um globo, um ventilador, uma estufa, dois tapetes e um rádio.

Quanto ao mobiliário, descreveram-nos estes: escada pequena, armário pequeno, armário de aço e outro feito com retalhos de madeira.



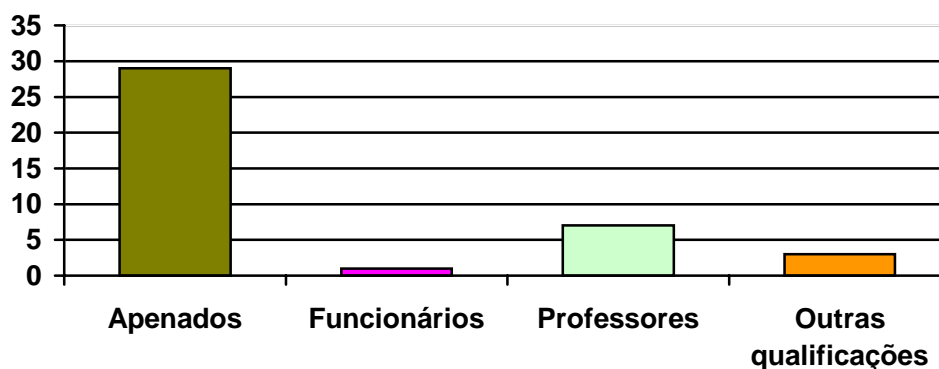
**Figura 9** – Mostra As Casas Que Possuem Equipamento/Mobiliário.

Verificamos que 41 casas (63%) dispõem de algum tipo de equipamento; treze casas (20%) nenhum equipamento e dez casas (15%) não responderam.



**Figura 10** – Pessoal Que Atua Na Biblioteca.

Verificamos que 39 casas (60%) possuem alguém atendendo na Biblioteca; treze casas (20%) não dispõem de ninguém.



**Figura 11** – Categorização Do Pessoal Que Atua Na Biblioteca.

Verificamos que os apenas respondem por esta presença em 29 casas (45%), algum funcionário em uma casa (1%); professores em sete casas (11%); outras qualificações, em quatro casas (6%).

As outras qualificações profissionais identificadas foram: dois Bibliotecários e um estagiário, embora não tenha sido especificado o curso em que está matriculado.

**QUAIS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR ESSE PESSOAL?**

Houveram apenas descrições precisas: catalogação, empréstimos e classificação



### *QUAL O HORÁRIO DE ATENDIMENTO DA BIBLIOTECA?*

Aqui, as respostas eram variadas, obedecendo as características próprias de cada casa, mas não excedem uma amplitude de 8 horas diárias.

### *ATENDIMENTO AO PÚBLICO:*

Somente uma casa afirmou não dar atendimento a todos os apenados.

### *TIPOS DE SERVIÇOS ELA OFERECE*

Houve a menção apenas de **empréstimos e limpeza**.

### *PRESENÇA DE UMA BIBLIOTECA NA CASA PRISIONAL*

Esta questão foi respondida pelo administrador da casa, por solicitação expressa no próprio questionário.

As respostas, em sua maioria, expressam que é importante haver Bibliotecas nas Casas.

Aquelas que não possuem Bibliotecas, desejam tê-las.

Mas, pelo contexto do questionário, apesar da importância e do desejo, as casas continuam sem elas ou, tendo-as, são elas mantidas sem as mínimas condições para sua efetiva atuação: espaço físico adequado, acervo, etc.

## **7. DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS**

As perguntas do questionário foram divididas em seções. Optei por isso ao confeccioná-lo, para, principalmente, mostrar a dimensão de uma Biblioteca para os que jamais estiveram atentos para ela.

A primeira questão, sobre a existência de uma Biblioteca na casa, é inexata, pois fi-la baseado no conceito popular: Biblioteca é uma quantidade razoável de livros colocados num lugar.

Mas tem uma função específica que é situar o respondente diante da problemática: temos ou não estes livros?

A pergunta seguinte, sobre a existência de um espaço específico para a Biblioteca, é realmente necessária, primeiro porque já faz pensar que Biblioteca possui necessidades, exige investimentos.

Na altura em que foi feito este questionário, numa das casas de Porto Alegre, as suas assistentes sociais diziam-nos estar preocupadas com a falta de interesse das detentas pela Biblioteca. Indo até o local conhecer-lhe as condições de uso, constatamos que entre outros problemas, a **Biblioteca**, que constava de duas estantes com livros estavam na sala das mesmas assistentes. Ora, a sala era aberta somente quando o estas senhoras estavam presentes na Casa; ainda nesse caso, quando elas deviam atender suas clientes, o que deve ser feito em secreto, a sala era novamente fechada até o fim do atendimento.

Uma Biblioteca Prisional pode dispensar, se lhe for conveniente, espaço para leitura mas, jamais, espaço adequado à armazenagem do acervo, ao tratamento técnico e à prática da referência.

Saber que uma Casa Prisional não possui espaço adequado para estas atividades evidencia duas situações: ou ela não tem condições de fazer um bom serviço biblioteconômico e a SUSEPE terá que investir para que tal se consiga.

Por outro lado, a presença de um local adequado, pode significar um engajamento real na causa por um bom serviço biblioteconômico.

A questão seguinte procurou descrever o espaço destinado à Biblioteca. Para auxiliar as respostas, foram dadas as opções: Muito agradável, Agradável, Desagradável, Salubre e Insalubre.

Ora, se a leitura tem função ressocializadora, essa função começa por apresentar-se ela, desejável. Deve ser um lugar agradável de estar-se e não lugar de castigo.

As três primeiras opções referem-se a uma sensação geral e algo subjetiva, enquanto as duas últimas já apelam para uma concretude maior de avaliação.

Verdade que a maioria das casas não entendeu a questão, respondendo, a grande maioria, apenas às questões subjetivas. Mas, novamente, se os respondentes puderam pensar sobre sua Biblioteca, já teremos conseguido algo.

A seguir, passamos ao acervo. Se o público é a razão de ser da Biblioteca, seu acervo é sua razão de ser.

A primeira pergunta desta seção refere-se à quantidade dos livros formadores do acervo. Por esta questão, pudemos ter uma idéia aproximada da quantidade de obras que compõe o acervo total da SUSEPE que constitui, afinal, um patrimônio desconhecido e ignorado da própria SUSEPE, e queremos crer, com prejuízo dela mesma.

Isso explica a questão seguinte, relacionada ao estado geral das obras. Ainda insistindo para que o acervo fosse conhecido, formulamos a questão sobre os

tipos de obras constantes dos acervos, as quais, se manuseados, poderiam tornar a questão mais fácil de ser respondida. Os gêneros destacados foram os seguintes: **Literatura:** é a coleção mais apreciada do acervo; a emoção despertada por uma trama bem urdida é um eficaz chamariz para a criação do hábito da leitura. **Didáticos:** por conta da maneira pela qual foi feita a alimentação dos acervos, há um acúmulo de obras didáticas nestes acervos. Em sua quase totalidade são livros dedicados à alfabetização e instrução de crianças, por si inadequados à alfabetização de adultos. **Auto-Ajuda:** pela orientação positiva que pode oferecer aos apenados e detentos. Também é uma classe de livros das mais pedidas pelos detentos. **Outros:** procura abarcar toda a sorte de livros técnicos, de referência, periódicos, etc.

Como pudemos constatar pelas respostas dadas, 49% das casas respondentes diz possuir uma Biblioteca. E, se isso parece um começo promissor, as respostas seguintes evidenciam a verdadeira importância ou relevância dadas às Bibliotecas Prisionais.

Das 49 casas respondentes, que dizem possuir Bibliotecas, a metade possui uma sala própria para ela.

Não há acervos adequados às necessidades educacionais, formativas e de lazer dos apenados.

Algumas **Bibliotecas Prisionais** são praticamente constituídas apenas de livros didáticos, dirigidos ao público infantil.

Apenas treze casas dizem não ter qualquer tipo de acervo.

E 62% das casas afirmam possuírem livros didáticos infantis, supostamente usados na alfabetização de adultos. Já livros como os de auto-ajuda, tão procurados que são pelos presos, estão presentes em apenas doze casas.

Se os livros são o cerne da Biblioteca, a sustentação são os equipamentos e mobiliário, pois serão eles que permitirão a operacionalização do processamento técnico do acervo assim como o acesso e uso da informação.

A lista enumerada incluiu itens necessários, alguns mutuamente excludentes, mas todos pertinentes aos possíveis ambientes biblioteconômicos.

As respostas obtidas permitem verificar lacunas enormes. Como a Casa daquelas assistentes sociais citadas anteriormente, há várias sem mesas, cadeiras, ou outro mobiliário ou material.

Das casas respondentes, onze -17% das casas respondentes - afirmam não possuir qualquer material.

Mas não adianta haver a necessidade de uma Biblioteca, ter lugar para ela, acervo e equipamentos, sem alguém que disponibilize seu tempo e trabalho para a execução do serviço biblioteconômico.

As perguntas procuraram definir a existência ou não desse pessoal, bem como sua caracterização funcional.

Todas as Casas que dizem possuir Bibliotecas também dizem dispor de alguém para trabalhar nelas. Entretanto, na grande maioria dos casos, trata-se de apenados, sem nenhum preparo técnico e de acordo com informações obtidas nas próprias casas, tais apenados podem ser analfabetos ou semi-alfabetizados.

Desta forma resulta que as **Bibliotecas** não oferecem qualquer forma de serviço biblioteconômico e as próprias atividades do pessoal que nela atua resume-se em emprestar livros, mantê-los arrumados na estante e conserva-los limpos.

Toda a Biblioteca, por si só é serviço, na medida em que existe para atender as necessidades de alguém.

As respostas da questão aberta, embora poucas, evidenciam uma tomada de posição pró ou contra as Bibliotecas. A maioria faz um discurso estereotipado, dizendo que é importante, mas sem apresentar qualquer alternativa para a solução dos problemas que elas apresentam.

Em síntese, embora haja uma consciência geral de que deve haver Bibliotecas nas Casas Prisionais no Rio Grande do Sul, não existe um pensamento organizado e, principalmente, instituído, sobre o que devem ser, como devem ser e a quem devem ser estar, estas Bibliotecas, a serviço.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através deste levantamento, temos que identificar os vários fatores que estão gerando a situação atual das Bibliotecas Prisionais no Rio Grande do Sul.

Pode-se apontar como causas prováveis desta situação, as seguintes:

- a) o perfil do agente penitenciário que, atualmente, são os diretores das Casas Prisionais. Pela sua formação profissional e pelo histórico das Bibliotecas Especiais e Prisionais no país, não possuem u'a melhor compreensão e, em conseqüência, interesse pelo seu papel formativo, informativo, cultural e ressocializador;
- b) a ação administrativa da SUSEPE que, até o momento, não priorizou um planejamento voltado ao desenvolvimento dos recursos e serviços da Biblioteca Prisional;
- c) a permanente falta de recursos do Estado para investimento em ações que promovam a ressocialização, contentando-se com a construção de novas prisões.

Esta é uma situação que conflitua com o estabelecido no artigo 21 da LEP:

“Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”.s como nos Estados Unidos, até os condenados à morte merecem e recebem este tratamento.”  
(MIRABETE, 2000, p.)

Pelo visto, estamos à margem de um tratamento carcerário moderno, que não tenha por finalidade a penitência, o castigo, mas o desenvolvimento humano.

Assim, torna-se cada vez mais necessária uma postura definida à favor do homem e não em seu detrimento. Afinal, de que adianta à sociedade encarcerar seus agressores para, mais adiante, recebê-los à ela ainda mais piorados e agressores?

## **9 SUGESTÕES**



Em face dos resultados obtidos, e considerando-se a importância e necessidade de conhecimento ampliado da população usuária das Bibliotecas Prisionais, sugerimos que:

- a) monte-se um Plano de Ação capaz de apresentar uma idéia que contemple as três condições básicas para este caso, tal como aparecem na orientação do Federal Bureau of Prisons: “Um pleno alcance dos serviços biblioteconômicos será proporcionado na medida em que combine o atendimento às necessidades dos detentos, às possibilidades do orçamento e às questões de segurança.” (UNITED STATES [ . . . ], 2003)
- b) estruture-se uma campanha entre os funcionários susepeanos promovendo maior ilustração e revisão de conceitos acerca das Bibliotecas;
- c) disponibilize-se dotação orçamentária para viabilizar a instituição e manutenção das Bibliotecas Prisionais;
- d) contrate-se Bibliotecários para gerirem os projetos biblioteconômicos, assim como as próprias Bibliotecas Prisionais;
- e) estabeleça-se uma ação normativa para a participação da sociedade, seja na forma de doações, seja como trabalho voluntário, ou outra atividade relacionada ao nosso tema;
- f) fazer-se o aprofundamento do estudo e da pesquisa sobre a ressocialização e o papel das Bibliotecas Prisionais nesse processo e, particularmente, da aplicação da Biblioterapia como atendimento às necessidades dos apenados, assim como o comportamento dos detentos frente ao acesso e uso da informação.

**10 REFERÊNCIA**

AUSTRALIAN INSTITUTE OF CRIMINOLOGY. Minimun Standard Guidelines. Disponível em: <http://www.aic.gov.au/research/corrections/standards/PrisonLibraries/>. Acessado em: 08 jan. 2003.

CALDIN, Clarice Forkamp. A Leitura Como Função Terapêutica. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/bibliote/encontro/bibli12/caldin.html>. Acessado em: 20 dez. 2002.

DALLA ZEN, Ana Maria (Org.). A Prática da Pesquisa em Biblioteconomia e Comunicação. 1995. Textos usados em sala de aula no Curso de Biblioteconomia do Departamento de Comunicação e Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 1997.

UNITED STATES OF AMERICA. Federal Bureau Of Prisons. Disponível em: <http://www.bop.gov>. Acessado em: 12 jan. 2003.

FISCHER, Rosa Maria. O Círculo do Poder: as práticas invisíveis de sujeição nas organizações complexas, in FLEURY, Maria Teresa Leme; FISCHER, Rosa Maria (coords.) Cultura e Poder nas Organizações. São Paulo: Atlas, 1989.

FONTENELE, Maria de Fátima Silva; PINTO, Virgínia Bentes; ANDRADE, Francisco José Medeiros de; *et alii*. A Biblioterapia no Tratamento do Câncer Infantil. Disponível em [http://intermega.com.br/biblio\\_fespsp/texto\\_02.pdt](http://intermega.com.br/biblio_fespsp/texto_02.pdt). Acessado em: 18 jan. 2003.

GUYMARD, Paollo. Sociopatia in: Jornaleco, 2002. Disponível em <http://www.jornaleco.VPG.com.br/J5/trivio.htm> > . Acessado em 23 fev. 2003.

ENGLAND. HM Prison Establishments.. Disponível em: <http://www.hmprisonservice.gov.uk>>. Acessado em: 16 jan. 2003.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Execução Penal: comentários à Lei nº 7.210, de 11.7.1984. 9. ed., ver. e atual. dez. de 1999. São Paulo: Atlas, 2000.

MONROE COUNTY PUBLIC LIBRARY, INDIANNA. Jail Library. Disponível em : <[www.monroe.lib.in.us/outreach/jaillibrary.html](http://www.monroe.lib.in.us/outreach/jaillibrary.html)>. Acessado em: 08 jan. 2003.

OAKLAND COUNTY – MICHIGAN. Oakland Jail Library. Disponível em: <<http://co.oakland.mi.us/jaillib>>. Acessado em: 09 jan. 2003.

PRIVATE PRISONS: the prison privatization research site. Disponível em: <<http://www.ucc.uconn.edu/~logan/>>. Acessado em: 01 fev. 2003.

PROBST, Pedro Roberto. Dos Delitos e das Penas: um breve estudo das teses beccarianas e a realidade brasileira. Disponível em <<http://www.unifran.br/daltro/site/juridico/textos/POSTILASDOSDELITOSESDASPENAS2.doc>>. Acessado em: 11 set. 2002.

SCHWIND, Hans-Dieter. Execução Penal na Alemanha. Penas Alternativas. Papers [da] Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, São Paulo, nº28, p. 21-42, 1996.

SPAGNULO, Pietro. Biblioterapia: che cos'è la biblioterapia?. Disponível em : <http://www.ecomind.it/Pagine/Biblioterapia/index.html>. Acessado em: 24 dez. 2002.

THE LIBRARY ASSOCIATION. Prison Libraries: Library Association Guidelines for library provision in Prison Department Establishments. London, 1989.

## **APÊNDICE A – Relação Das Casas Prisionais Respondentes**

Agrupadas por Região.

<b>Região</b>	<b>Casa Prisional</b>	
1 <sup>a</sup>	P. E. de Osório	
	Instituto Penal de Canoas	
	P. E. de Torres	
	P. E. de São Francisco de Paula	
	P. E. de Taquara	
	P. E. de Novo Hamburgo	
	Casa do Albergado Santos e Medeiros	
	P. E. de São Leopoldo	
	2 <sup>a</sup>	P. E. de Cruz Alta
		P. E. de Jaguari
P. E. de São Francisco de Assis		
P. E. De Santiago		
P. E. de Cacequi		
P. E. de São Vicente do Sul		
P. E. de Cachoeira do Sul		
P. E. de Santa Maria		
P. E. de São Sepé		
P. E. de Agudo		
3 <sup>a</sup>	P. E. de Santo Cristo	
	P. E. de São Borja	
	P. E. de Três Passos	
	P. M. de Ijuí	
	P. E. de Cerro Largo	
	P. E. de Santa Rosa	
	P. E. de São Luís Gonzaga	
	P. E. de Santo Ângelo	
	Albergue Estadual de Ijuí	
	4 <sup>a</sup>	P. E. de Carazinho
P. E. de Frederico Westphalen		
P. E. de Sarandi		
P. E. de Getúlio Vargas		
P. E. de Soledade		
P. E. de Espumoso		
P. E. de Erechim		
P. E. de Palmeira das Missões		
P. E. de Passo Fundo		
5 <sup>a</sup>		P. E. de Rio Grande
	P. E. de Jaguarão	
	P. E. de Canguçu	
6 <sup>a</sup>	P. R. de Pelotas	
	P. E. de Quarai	
	P. E. de São Gabriel	

	P. E. de Lavras do Sul
	P. E. de Alegrete
	P. M. de Uruguaiana
	P. E. de Itaquí
7 <sup>a</sup>	P. E. de Bento Gonçalves
	P. E. de Caxias
	P. E. de Nova Prata
	P. E. de Guaporé
	P. E. de Canela
	P. E. de Lagoa Vermelha
	P. E. de Vacaria
8 <sup>a</sup>	P. E. de Sobradinho
	P. E. de Rio Pardo
	P. E. de Arroio do Meio
	P. E. de Encruzilhada do Sul
	P. E. de Encantado
	P. E. de São Jerônimo
Casas Especiais	Fundação Patronato Lima Drumont
	Presídio Feminino Madre Pelletier
	Penitenciária Estadual do Jacuí
	Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas
	Instituto Penal de Mariante
	Presídio Central de Porto Alegre
	93 casas; 65 respostas; 3 descartes

## APÊNDICE B – Questionário

## **I QÜESTÕES RELATIVAS AO ASPECTO FÍSICO DAS BIBLIOTECAS:**

- 1 Existe Biblioteca em seu estabelecimento?
- 2 Existe uma sala destinada especificamente à Biblioteca?
- 3 Como se poderia classificar o ambiente da Biblioteca? Muito agradável, Agradável, Desagradável, Salubre, Insalubre.

## **2 QÜESTÕES RELATIVAS AO ACERVO DA BIBLIOTECA**

- 1 Qual a quantidade de volumes do acervo?
- 2 Qual o estado em geral das obras? Muito bom, Bom, Regular, Mau, Péssimo.
- 3 Que tipo de obras predomina no acervo? Literatura, Didáticos, Auto-Ajuda, Outros.

## **3 ASPECTO DOS EQUIPAMENTOS DA BIBLIOTECA**

- 1 Indique o tipo de equipamento através da quantidade deles que sua biblioteca possui: Cadeira, Cantoneira, Computador, Desumidificador, Estante, Fichários, Máquina de escrever, Mesa, Telefone,
- 2 Se sua Biblioteca possui algum equipamento não listado, indique a quantidade.

## **4 QÜESTÕES RELATIVAS AO ASPECTO HUMANO DA BIBLIOTECA**

- 1 Há alguém que trabalhe na Biblioteca? Sim, Não.
- 2 Em caso afirmativo, qual sua qualificação? Apenado, Funcionário, Professor, Outro, Qual?
- 3 Quais suas atividades?

## **5 QÜESTÕES RELATIVAS AO ASPECTO FUNCIONAL DA BIBLIOTECA**

- 1 Qual o horário de atendimento da Biblioteca?

2 A Biblioteca é aberta a todos os apenados de seu estabelecimento? Sim, Não.

3 Que tipos de serviços ela oferece (empréstimos, cursos, hora do conto, etc)?

## **6 QÜESTÖES RELATIVAS À PRESENÇA DE UMA BIBLIOTECA EM SUA CASA PRISIONAL**

*Preferencialmente, esta questão deve ser respondida pelo Administrador ou pelo Chefe de Segurança do Estabelecimento Penitenciário.*

1 O que o senhor(a) pensa da presença de uma Biblioteca em seu estabelecimento





